

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CATEGORIA GEOGRÁFICA TERRITÓRIO E A SUA ATUAL MULTIPLICIDADE INTERPRETATIVA

Ademir **TERRA**¹

Resumo: Este artigo é o resultado de reflexões e discussões a respeito da categoria geográfica *território*, fazendo um paralelo das discussões realizadas por alguns importantes pensadores que se dedicam e/ou se dedicaram ao estudo desse tema, buscou-se desenvolver uma análise da evolução histórica do conceito de território, apresentando suas várias concepções vinculadas às diferentes correntes do pensamento geográfico até os dias atuais, quando este conceito retornou de forma significativa com o seu uso crescente não somente pela Geografia como também em diversos ramos das ciências humanas. A recuperação do conceito traz à tona, de um lado, a dimensão política do espaço; de outro, gera confusões conceituais tanto no seu debate quanto na sua empregabilidade. Entendemos que o debate acadêmico é revelador de conflitos conceituais que, por sua vez, permitira avanços na construção de teorias, oferecendo pistas e indicações relevantes para a compreensão crítica da história espacial e temporal.

Palavras-chave: Categoria Geográfica, Território, Conceito, Epistemologia, Geografia.

HISTORIC EVOLUTION OF THE GEOGRAPHY CATEGORY TERRITORY AND ITS CURRENT AND MULTIPLE INTERPRETATIONS

Abstract: This article is the result of thoughts and discussions about the category geographical *territory*, making a parallel of the discussions accomplished by some important thinkers that they are devoted and/or they were devoted to the study of that theme, it was looked for develop an analysis of the historical evolution of the territory concept, presenting its various conceptions linked to the different currents of the geographical until the current days, when this concept returned in a significant way with its growing use not only for the Geography as well as in several branches of the humanities. The recovery of the concept brings to the surface, on a side, the political dimension of the space; of other, it generates conceptual confusions so much in its debate as in its employability. We understood that the academic debate is developing of conceptual conflicts that, in turn, it had allowed progresses in the construction of theories, offering tracks and relevant indications for the critical understanding of the history spatial and temporal.

Keywords: category, geographical territory, concept, epistemology, geography

Introdução

Vivemos, nas últimas décadas, em decorrência da reestruturação produtiva do capital e, por conseguinte, de sua sustentação sociopolítica e ideológica, intensas transformações no mundo e na organização das sociedades promovidas pelas políticas neoliberais que vêm se tornando hegemônicas.

Identificam-se, nesta atual “etapa superior do desenvolvimento do capitalismo”, novas formas de flexibilização do trabalho, liberalização financeira, privatizações, novas aberturas ao exterior e fragilização dos Estados nacionais. Vivenciamos, assim, a substituição de formas “tradicionais” estatais por formas globais de se governar as práticas de mercado, no sentido de que se reorganizem os Estados para que as condições de realização da livre circulação de dinheiro e de mercadoria sejam facilitadas. Pensamos, então, em uma disciplina e em uma autoridade abstrata do mercado.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP); Pesquisador do Grupo de Estudo Dinâmico Regional e Agropecuário (GEDRA). Bolsista CAPES. Correio eletrônico: ademir.terra@terra.com.br

O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da transnacionalização que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como o Estado, a escola, a família. O consumo poderia ser definido como uma nova territorialidade transnacionalizada e simultaneamente diferenciada: universo do consumo e universo de estilos de vida.

Ou seja, não se trata de um sistema, e sim de um processo, não implicando em homogeneização do planeta em todas as dimensões. Pode-se, com mais segurança, falar de uma tecnologia, porém não de uma cultura cada vez mais hegemônica. O que nos leva a distinguir que, neste momento da evolução da sociedade, dá-se uma globalização da economia e uma mundialização da cultura.

Estas transformações têm provocado intensos debates no pensamento filosófico e científico, exigindo das diversas áreas científicas, especialmente das ciências humanas, reflexões e análises para compreender tais processos de mudanças e seus desdobramentos, além de ampliar a demanda por uma postura científica cada vez mais interdisciplinar, onde o conhecimento é colocado à frente das questões postas no cotidiano.

Sem dúvida, surgiram novos objetos, conceitos e caminhos explicativos, tendencialmente multidimensionais ou integrativos, indicando a possibilidade de novas propostas epistemológicas e metodológicas, tais como o *princípio de complexidade* de Morin (1990), que objetiva justamente superar a divisão dominante entre ciências da natureza e cultura.

Em busca de compreensão da complexa realidade das novas formas de sociabilidade e, portanto, da apropriação e produção do espaço geográfico, as ciências, de um modo geral, e a Geografia, em particular, necessitam invariavelmente desconstruir algumas de suas categorias e conceitos, (re)formulando-as, seja por ganharem conotações substancialmente novas, seja por terem perdido seu poder explicativo, gerando dificuldades de natureza teórica quanto operacional.

A Geografia, em especial, como ciência social, está diretamente implicada neste esforço de melhor compreender o movimento da sociedade e dos processos socioespaciais, à luz das contribuições de uma teoria social crítica no debate contemporâneo, pois as exigências do nosso tempo é a construção de uma Geografia crítica para além da crítica do capital.

O conceito

A realidade é um fenômeno extremamente complexo. Nossos sentidos nos permitem apreendê-la em alguns de seus aspectos. Assim, os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela.

Porém, o ser humano através da cultura tem acesso a uma extensão maior da realidade graças à cultura que serve como um instrumento para orientar a organização das experiências individuais e coletivas. Desta forma, toda cultura, por menos elaborada que seja, possui uma estrutura de classificação da realidade, tanto da “real” quanto da “cultural” e social (DURKHEIM e MAUSS, 1973).

Vários autores clássicos das Ciências Sociais, dentre os quais Marx, Weber, Durkheim, Persons, concordam que, com o desenvolvimento histórico, as sociedades e as culturas foram progressivamente se tornando diferenciadas, e esta diferenciação como um processo dialético não só na diacronia, mas também em sincronia, amplia as possibilidades de classificação e de composição da cosmovisão sobre a realidade.

As diferenciações, ao mesmo tempo em que geram uma autonomia entre as esferas, ou instâncias, da vida humana, fragmentando o que antes estava integrado, criam uma maior interdependência entre elas, levando diacronicamente a uma multiplicação de esquemas concorrentes ou coexistentes de classificação da realidade.

Estes esquemas não são produtos de indivíduos isolados. São socialmente produzidos e se constituem de representações. Entretanto, as representações não estão uniformemente distribuídas pelo corpo social, e um objeto pode ter representações variadas, dependendo do tipo de socialização que o seu observador “sofreu” (DURKHEIM, 1989).

A ciência possui uma peculiaridade que a distingue dos demais esquemas de classificação e conhecimento do mundo, que é a impessoalidade e objetividade (ao menos hipoteticamente) das suas representações, que, por isso, são denominadas conceitos.

O conceito é definido pelas suas características. Durkheim aponta, primeiramente, a sua imutabilidade, a sua resistência à mudança, a sua fixação e cristalização. Em segundo lugar, o fato de ser universalizável: um conceito nunca é de um homem só, mas é comum a outros homens. É uma representação, mas impessoal. Desse modo, se é comum, é porque é obra de toda uma comunidade. Não pode ser abstrato porque, nesse caso, só teria realidade nas consciências particulares. É, primeiramente, representação coletiva, idéia geral que exprime antes categoria e classes do que objetos particulares. As representações coletivas pertencem a cada civilização que, por sua vez, tem seu sistema organizado de conceitos que as caracterizam. As categorias são obras da coletividade, porém têm algo mais: desempenham um papel preponderante no conhecimento porque são “quadros permanentes da vida mental”. Esses quadros refletem, em última instância, a sociedade: “Porque o universo não existe senão enquanto é pensado, porque ele não é pensado totalmente senão pela sociedade” (DURKHEIM, p.239).

Depreende-se, então, que um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem este percorre um caminho, que por vezes pode sofrer influências que, conseqüentemente, poderão imiscuir no entendimento de seus conteúdos e aplicabilidade. Assim sendo, noções e conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade concreta da vida humana.

Assim, o conceito é um tipo especial de representação, construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade que está sendo conceituado a “testes” empíricos, uma média aceitável e construída metodologicamente com base em um conjunto de representações que pré-informavam o produtor do conceito e que o levaram a empreender a pesquisa e conceituar um aspecto determinado da realidade.

Portanto, apreendemos o conceito como uma construção social que ilumina algum aspecto da realidade e, para tanto, é preciso uma história das ciências e das técnicas para seu entendimento. Desta forma, de modo sistemático, empreenderemos algumas reflexões sobre o conceito de território, sendo esta uma proposta de interlocução com a literatura da história da ciência e da evolução do pensamento geográfico, operacionalizando a partir do positivismo, do marxismo e de um sistema de conceitos, que começam a construir a cultura do nosso tempo através da apreensão dialética. Concordamos com Soja (1993) ao sentenciar que “a geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização, e o materialismo histórico-geográfico, o método de investigação” (SOJA, 1993, p.18).

A reemergência do território

A origem do termo território e o seu emprego nas ciências não advêm dos estudos geográficos, tampouco das ciências humanas, e sim das ciências da natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia que tal conceito será cunhado.

Porém, na atualidade, não se pode desconsiderar que o uso conceitual da categoria território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, uma vez que, para esta o território se constitui um dos conceitos-chave, portanto sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas.

Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou em ambos ao mesmo tempo.

Desta forma, o conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo. (Haesbaert, 2004, p. 37).

Haesbaert (2004), esclarece que:

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra* e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa [...] (HAESBAERT, 2004, p.43).

Porém, este conceito, pensado no interior das ciências modernas, está associado essencialmente a duas correntes filosóficas significativamente difundidas entre os ramos do conhecimento que se desenvolveram ao longo dos séculos XVIII e XIX: o naturalismo e a política.

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, passando a concorrer com o domínio de outras espécies.

Tradicionalmente nas ciências sociais, sobretudo na história do pensamento geográfico, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX.

A maioria dos estudos sobre o conceito de território sempre foi realizada na escala do território nacional e/ou do Estado-Nação. Essa ideia de uma área sob domínio de uma nação ou onde uma nação possui soberania em relação a outras nações, este sentido político e jurídico ainda hoje permeia o significado de território e tem raízes, sobretudo, na constituição dos Estados modernos europeus a partir do Renascimento.

Neste contexto histórico de consolidação dos modernos Estados-Nação, o conceito de território passa a ter relevância para as ciências. Muitos dos trabalhos realizados a respeito deste conceito são contemporâneos à própria sistematização e legitimação da Geografia como disciplina escolar acadêmica, sobretudo, na Alemanha e na França do século XIX. Segundo Escolar, a Geografia vem contribuir política e ideologicamente com o surgimento, nessas nações européias, da “[...] necessidade socioestrutural de construir, por intermédio da escolarização maciça, a ‘consciência nacional’ e o sentimento de ‘pertencimento territorial’” (ESCOLAR, 1996, p.65).

É nessa perspectiva que são desenvolvidas as obras seminais de geógrafos como Friedrich Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território; Como também Élisée Reclus, que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Segundo Souza (2000), para Ratzel, o território é o espaço com seus elementos naturais e humanos, apropriado e ocupado por um grupo social ou pelo próprio Estado. Na visão de Ratzel, o território é a base de sustentação do Estado, pois este, sem aquele não existe, ou seja, o território é a própria condição de existência do Estado, pois é nele que se encontram os recursos naturais que sustentam a sociedade. Assim, a idéia de território iguala-se ao conceito de “espaço vital” estabelecido pelo próprio Ratzel.

El territorio, siempre el mismo y siempre situado en el mismo lugar del espacio, sirve de soporte rígido a los humores, a las volubles aspiraciones de los hombres, y cuando se les ocurre olvidar este sustrato les hace sentir su autoridad y les recuerda, mediante serias advertencias, que toda la vida del Estado tiene sus raíces en la tierra. [...] El territorio, por el hecho mismo de que ofrece un punto de referencia fijo en medio de los incasantes cambios de las manifestaciones vitales, tiene ya, en sí y per sí, algo de general (RATZEL, 1982, p. 202). (Grifos do autor).

Assim, o discurso naturalizante de Ratzel, próprio da corrente determinista que se consolidava na época, passou a buscar uma unidade cultural para a recém criada nação Alemã e a servir aos anseios expansionistas territoriais desta nação.

O território pensado exclusivamente como uma área delimitável do planeta, como o palco onde se realizavam as ações do homem, correspondia à própria concepção de Geografia postulada pelos cientistas da época.

Com o advento da escola possibilista francesa e durante o período em que se destacaram a chamada Nova Geografia ou Geografia teórico-quantitativa e a Geografia Cultural, o conceito de território foi praticamente deixado de lado em favor dos conceitos de organização espacial e de paisagem. Assim sendo, avançou-se muito pouco em relação às bases teóricas desse conceito e, por conta disso, perdurou na Geografia uma leitura tradicional do conceito de território, que, segundo Souza (2000), seria “[...] justamente aquela que, em princípio, deveria dispor de conceituações bastante ricas da territorialidade e de um arsenal variado de tipologias territoriais” (2000, p. 83).

Com o advento da Geografia Crítica calcada no materialismo histórico dialético esse conceito foi retrabalhado com base na proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Ou seja, emerge na Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, assim como a reorganização territorial do espaço mundial. Processos que se acentuaram e

intensificaram no final do século XX, em decorrência da atual fase de expansão do capitalismo, chamada globalização econômica. Fase esta que se caracteriza pela flexibilização da produção em escala mundial e, conseqüentemente, pela intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações entre os mais diferentes pontos do planeta.

Na perspectiva da Geografia Crítica, as novas e as antigas configurações territoriais decorrem da forma como os agentes que estão no poder apropriam-se do espaço, por meio das relações sociais de produção, ou seja, por meio das relações orientadas pelo modo de produção vigente em cada época.

Desta forma, o território que reemerge não tem nada a ver com o conteúdo geopolítico da definição de Estado-Nação que lhe conferiu originalmente o geógrafo alemão Friedrich Ratzel. *O retorno do território*, como aludiu Milton Santos (1994), está relacionado às mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista (Harvey, 1993). Tratam-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam, mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Nesse sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território.

Ou seja, o conceito de território ressurgiu na Geografia em um quadro profundamente marcado por um processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional. Tratam-se dos efeitos e dos condicionantes impostos pela globalização que, sinteticamente, podem ser caracterizados como definiu Castells (1999), pela excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Essa interdependência se expressa através da descentralização industrial, da velocidade de contato proporcionada pelas novas telecomunicações, através da integração do capital financeiro, comercial, agroindustriais etc. (COUTINHO, 1995).

As mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo diversificaram e fragmentaram o que foi idealizado nos últimos séculos. De acordo com Andrade (1994), o que temos, hoje, é o território construído pelas empresas superpondo-se ao território construído pelo Estado que muitas vezes se encontra a serviço das empresas e dos seus jogos de interesses, que disputam territórios e mercados, nos quais os processos de territorialização, desterritorialização e novas territorializações se encontram cada vez mais freqüentes e subjugados aos interesses do capital.

Porém, como sentenciou Santos (1994):

Assim como tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da história, ainda que nada seja como antes (SANTOS, 1994, p. 15).

Essa assertiva nos orienta para um raciocínio que evita a análise simplista do que se considera ser determinante para o termo território. Nela observa-se que, as ações autóctones são capazes de influenciarem e construírem outras relações espaciais, mesmo que a intencionalidade e as ações das forças hegemônicas que atuam neste espaço pretendam padronizá-lo para uma suposta gestão mundial.

As novas abordagens do território

A despeito da antiguidade do emprego da expressão território nas ciências naturais e também nas sociais, recentemente, porém, tal expressão passou a ser utilizada com mais frequência por diferentes ramos das ciências, sobretudo na Geografia, concorrendo com termos tradicionais, como *espaço* e *região*. Porém, a expressão vem ganhando novas interpretações, mais amplas e mais flexíveis, permitindo que possamos ter uma noção menos delimitada de território.

Diferentes concepções e abordagens podem ser utilizadas para compreender e conceituar território. De forma abrangente, o território deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. É nessa perspectiva que se pode traçar um panorama geral de diferentes autores da atualidade que abordam, dentro de suas óticas, a questão territorial e discutem esse conceito.

Em Haesbaert (2002; 2004a; 2004b) encontramos uma importante interpretação de território. Nestas obras, o autor agrupa em quatro vertentes básicas: 1) *Território econômico*, visto como simples base material, enfatizando a dimensão espacial das relações econômicas. O território é fonte de recursos (relação capital-trabalho); 2) *Território político*, visto como uma forma de controle dos indivíduos, assim como dos processos sociais, a partir do controle do seu espaço material. As relações se dão entre espaço e poder, ou seja, um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce determinado domínio; 3) *Território cultural* ou *simbólico-cultural*, no qual o espaço é dotado de identidade, uma identidade territorial. O território carrega significados simbólicos e subjetivos; e 4) *Território natural*, uma noção com base nas relações entre sociedade e natureza, o comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

As concepções sobre o território podem ainda ser agrupadas em três vertentes: a) *jurídico política*, na qual o território é entendido como um elemento de controle, geralmente pela ação do

Estado; b) *cultural(ista)*, de caráter simbólico e identitário e; c) *econômica*, na qual se destaca a perda do território de re-produção do capital por força da globalização (HAESBAERT 2001; SPOSITO 2004).

Em virtude do momento histórico em que vivemos, é cada vez mais difícil enquadrar um território em apenas uma destas dimensões (político, natural, econômico ou cultural) face ao profundo “hibridismo” em que nos encontramos. Acerca desta afirmação, Saquet (2003), salienta que:

[...] Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. (SAQUET, 2003, p. 24).

Haesbaert (2004b) apresenta um conjunto de perspectivas teóricas, a partir de um patamar mais amplo, em que estas dimensões (econômica, política, cultural e natural) se inserem numa fundamentação filosófica própria de cada abordagem. O território é trabalhado nas perspectivas materialista e idealista.

Ele busca superar a dicotomia materialista/idealista, na qual o território encerra tanto a dimensão espacial material das relações sociais, como o conjunto de representações sobre o espaço ou o que ele denominou de “imaginário geográfico”. O território na perspectiva materialista (concreto) e na perspectiva idealista (referido aos sentimentos que o território inspira) são indissociáveis.

Enquadram-se sobre o plano materialista as concepções de território naturalista, econômica e política. O autor considera que, mesmo sendo vistas dentro desta base material, não estão desvinculadas de relações sociais. Já na perspectiva idealista, o território é visto numa dimensão simbólica, dotado de identidade. Refere-se aos sentimentos que o território inspira para aqueles que dele é excluído e a satisfação para os que dele usufruem/compartilham. Haesbaert ainda propõe o território numa perspectiva integradora, que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Assim sendo, sugere que o território seja concebido através desta perspectiva, na qual analisa as diferentes dimensões sociais.

Sposito (2004, p. 17), considera que há várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. Sposito assinala que há quatro concepções de território na Geografia. A abordagem naturalista, muito utilizada pelos estudiosos dessa categoria geográfica, “[...] aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”. O sentido

de extensão e de delimitação de lugares são valorizados, pois é, nesse espaço delimitado que os grupos sociais estabelecem relações de uso, de transformação e de poder.

Outra abordagem refere-se àquela mais voltada para o território do indivíduo, que diz respeito à territorialidade e sua apreensão, mesmo que sua abordagem carregue forte conotação cultural. “[...] a territorialidade, neste caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto da cultura, das interações cujas referências básicas são as pessoas e a sua capacidade de se localizar e de se deslocar” (SPOSITO, 2004). Assim, o território aparece como espaço de relações de indivíduos, estabelecido pelas relações de poder e de pertencimento ao espaço utilizado.

Uma terceira abordagem de território aparece quando o “[...] termo território confundido com o de espaço [...] isso pode ser abstraído a partir do momento em que se considera uma quarta dimensão, aquela definida pela transformação que a sociedade impõe a natureza. [...]” (SPOSITO, 2004, p.17).

Saquet (2003) evidencia a importância da relação tempo e espaço na análise sobre o território, uma vez que cada espaço vive seu tempo; e cada tempo, o seu espaço. Presenciamos e vivenciamos diferentes ritmos temporais. Nessa dinâmica, o autor destaca também a importância de conhecermos a história dos lugares, os diferentes processos de mudanças e transformações vivenciadas em cada espaço. Evidencia-se, portanto, a importância de se considerar a relação tempo-espaço na compreensão do território.

No processo de construção, desconstrução e reconstrução do território este é permeado por relações sociais de domínio, de demarcação e de posse. No âmbito político, econômico ou cultural em diferentes escalas, as relações de poder manifestadas no território não devem ser jamais negligenciadas.

De acordo com Raffestin (1993), o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a matéria-prima para a construção deste último. Na realidade, segundo esse autor, em um espaço, propriamente dito, ainda não se deram relações de poder, relações em que um ator manifeste a intenção de apoderar-se desse espaço. Em contrapartida, um território enquanto tal, não exprime mais simplesmente um espaço, mas um espaço construído pelo ator, apropriado e organizado de acordo com seus objetivos e interesses.

O território é, portanto, produzido a partir do espaço, por uma série de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos – os chamados agentes – mantêm entre si e com a natureza.

Ainda segundo Raffestin (1993), o território é sempre um enquadramento do poder ou de um poder, em um determinado recorte espacial. Por isso, podemos dizer que as relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais. A escala do território determina a escala dos poderes. Existem poderes que interferem em diferentes escalas territoriais, como é o caso do Estado.

Contudo, há poderes que estão limitados à determinadas escalas territoriais. Assim sendo, temos relações de poder em diferentes escalas: local, regional, nacional, supranacional etc., produzindo uma multiplicidade de territórios, cada qual com uma territorialidade diferente, ou seja, com uma dimensão própria, e um conteúdo específico, sendo apropriado, apreendido e vivenciado de maneira singular pelos atores sociais.

Autores brasileiros como Souza (2000); Santos (1994); Andrade (1994); Neves (1994) entre outros compartilham da idéia de território como um espaço definido por e a partir de relações de poder, seja público, estatal ou das grandes empresas, projetadas no espaço, que possuem grande flexibilidade espacial e temporal

Tartaruga (2005) descreve três dimensões deste poder: a dimensão política que é a mais difundida, cujo território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. A dimensão cultural ou simbólico-cultural é aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A dimensão econômica é menos difundida, sendo enfatizada a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, por exemplo, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Tartaruga (2005, p.6) afirma que os territórios podem ser cíclicos, ou seja, apresentarem-se periódico ou sazonalmente, de baixa definição, espaços caracterizados pela superposição de diferentes territórios em um mesmo espaço, o que pode provocar o surgimento de relações de poder adicionais contínuos, aqueles que possuem contigüidade espacial, os mais usuais, descontínuos, aqueles que não possuem uma contigüidade espacial total. Alguns chamam estes de rede ou território-rede; em termos gráficos, os territórios contínuos poderiam ser caracterizados por superfícies e os descontínuos por pontos.

Assim, não podemos nos prender apenas às relações de poder desenvolvidas pelo Estado e pelas grandes empresas como definidoras de território, já que precisam de uma escala temporal maior para se estabelecerem. Temos também o território constituído enquanto local de micropoderes, estabelecidos por grupos sociais de mesma identidade cultural, política e econômica. Estamos falando de territórios estabelecidos por relações sociais projetadas no espaço, que possuem extrema flexibilidade, podendo formar-se e dissipar-se em questões de anos, meses, semanas, dias e até mesmo horas. De caráter bastante curioso, esses territórios possuem funções distintas, que às vezes podem acabar chocando-se, havendo sobreposição dos mesmos. Assim, os espaços ocupados pelas escolas, igrejas, camelôs, prostitutas são exemplos de

microterritórios, constituídos a partir de relações de poder, cada qual com características próprias e possuidores de grande flexibilidade.

Desta forma, o território pode formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido como uma tendência, portanto a instabilidade.

Retomando dessa forma a sua etimologia, o território significa terra pertencente a alguém. Este “pertencente”, alerta Corrêa (1994), não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Ou seja: se por um lado o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço; por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte dos grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desse sentido que o conceito de território se vincula a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Assim, a apropriação passa a se associar à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Enfim, entende-se que o território é um processo social. Moraes (2000) afirma que este não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim sendo, ao contrário do território pensado pelos zoologistas, este não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza. O território é produto socialmente produzido, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico.

Como se evidencia, são muitas as divergências conceituais acerca do território, porém podemos identificar um consenso sobre a construção e destruição destes. O modo de produção capitalista, por exemplo, provoca um movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade, que por sua vez repercute na criação, destruição e reconstrução dos territórios, promovendo a desterritorialização de grupos sociais.

Souza (2000) entende que a desterritorialização supõe a exclusão de um grupo que se apropriava de um dado espaço. Enquanto Santos (1997) concebe a desterritorialização como o estranhamento do indivíduo ao lugar, uma desculturização. Haesbaert (2004b) compreende que a desterritorialização seria resultante do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, que provoca a mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais e informação.

De qualquer forma, a desterritorialização traz consigo o processo de reterritorialização que alude à incorporação de novos territórios e conseqüentemente a construção de uma nova territorialidade do grupo que fora desterritorializado.

Para Santos (1997):

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida. (SANTOS, 1997, p. 329).

Ou seja, segundo Santos (1997), mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem também se modifica.

A reterritorialização é concebida de maneira diferente para Haesbaert (2004b), segundo o qual, esta se refere ao processo de desterritorialização imposto pela territorialização conduzida por outros:

[...] ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território. (HAESBAERT, 2004b, p.263).

A despeito das dessemelhantes concepções esses autores concordam que à medida que são destruídos os territórios e construídas novas territorialidades, desenvolve-se um processo dinâmico e concomitante de desterritorialização e reterritorialização.

Considerações Finais

Como ressaltamos anteriormente, experimentamos um momento nas ciências sociais em geral e na Geografia em particular, em que é fundamental re-visitar, articular e elucidar elementos teórico-metodológicos, especialmente, em virtude da velocidade e da complexidade da dinâmica socioespacial. Todavia, isso não quer dizer que outrora não tenha sido importante realizar tal reflexão, e sim que, na atualidade, há uma conjugação específica de componentes estruturais e conjunturais que motivam a reelaboração de aspectos do pensamento e do conhecimento geográfico no intuito de se contemplar conceitos, procedimentos e aspectos da realidade no movimento de renovação do pensamento geográfico.

Vimos também que o conceito de território cunhado na Geografia Clássica, em meados do século XIX, pelas mãos de Ratzel e Reclus como algo concreto delimitado pela paisagem e como lócus de controle do Estado, na contemporaneidade, assume outras dimensões em virtude da nova configuração existente entre as esferas políticas, econômicas e sociais.

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises, inclusive com o seu uso crescente em diferentes políticas públicas. Esse é, por exemplo, o caso das políticas de desenvolvimento rural, que passam a utilizar a idéia

de território enquanto uma perspectiva - mais ampla – de desenvolvimento, em grande parte como uma resposta às políticas tradicionais, caracterizadas como setoriais e hierárquicas.

A retomada do conceito recupera, de um lado, a dimensão política do espaço; de outro, gera confusões conceituais tanto no seu debate quanto na sua empregabilidade.

Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais. Enquanto, na verdade, o território é multidimensional (física, econômica, simbólica, sociopolítica), constituindo-se em uma totalidade e, por isso mesmo, de forma abrangente, deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico, e, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In. SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas. Nº 4, p.21-26, jun. 1995.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

DURKHEIM, É; MAUSS, M. **Algumas formas primitivas de classificação**, In: RODRIGUES, J. A. (org.) Durkheim. São Paulo: Ática, (Grandes Cientistas Sociais) Vol. 1, Nº1. 1973.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica ao discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Anais do IX **Encontro da ANPUR**. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Lílina Cabral (org). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no século XVI**, São Paulo: Hucitec, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2. ed. Lisboa : Instituto Piaget, 1990.

NEVES, Gervásio Rodrigues. Territorialidade, Desterritorialidade, Novas Territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. El territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDONZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Munhoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SOJA, Edward. **Geografia Pós-Moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. **O conceito de território para a análise do desenvolvimento rural**. Ribeirão Preto: Sober, 2005.